

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO
NO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP)
DE UM SERVIÇO DE INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO

RELATÓRIO
da missão realizada no Brasil
(3-14 de abril, 1973)

por

Jean VIET
Diretor do "Service d'Échange d'Informations Scientifiques"
"Maison des Sciences de l'Homme", Paris.

Maison des Sciences de l'Homme
54 bd Raspail - 75270 Paris Cédex 06
18 abril 1973

1. DESENVOLVIMENTO DA MISSÃO

1.1. Recebido no Rio de Janeiro pelo Sr. Ayrton de Carvalho Mattos, Diretor-Geral do INEP, pela Sra. Elza Rodrigues Martins, Diretora do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e pela Sra. Regina Helena Tavares, Gerente do Grupo Tarefa Documentação e Informação Educacionais, tomei contato sucessivamente no Rio de Janeiro com as seguintes Instituições:

- Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), Rua Voluntários da Pátria, 107 - ZC 02 - 20000 - Rio de Janeiro, GB,
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Palácio da Cultura - 10º andar - Rio de Janeiro, GB,
- Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), Av. General Justo, 171, Rio de Janeiro, GB,
- Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, GB,
- Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 138, rua Dna. Mariana, Rio de Janeiro, GB,
- Rio Datacentro e Departamento de Informática, PUC, Rio de Janeiro, GB.

1.2. Nos dias 8 e 9 de abril, acompanhado pela Sra. Regina Helena Tavares e pelo Diretor-Geral do INEP, fui também à Brasília, onde visitei a Biblioteca do Senado Federal e tomei contato com a equipe encarregada de elaborar o Thesaurus de Legislação, partindo de uma análise exaustiva da Constituição Brasileira. Tive também oportunidade de conhecer as instalações eletrônicas, suporte do Prodasen, e pude verificar a eficácia da recuperação de informações por meio de uma console IBM 2260, provida de tubo catódico, ligado ao computador IBM 370-155. Finalmente, em presença do Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e de um grande grupo de especialistas, tive oportunidade de formular uma série de observações sobre o Convênio MEC/UnB relativo a um sistema de informação para a educação e a cultura, do qual tomei conhecimento por meio de um relatório provisório publicado em 3 volumes, em fevereiro de 1973.

1.3. Foi contudo no Rio de Janeiro que exerci a parte essencial de minha atividade, junto ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Foi nessa instituição que tive a melhor oportunidade de avaliar o potencial do INEP no que se refere à pesquisa e à documentação, e de examinar detalhadamente as atividades desenvolvidas pelo Grupo Ta-

refa Documentação e Informação Educacionais, desde sua criação em novembro de 1972. Foi ali igualmente que tive ocasião de participar de um seminário de pesquisa sobre a "escolarização e mão-de-obra" e de tomar contato com representantes da Faculdade de Comunicações da USP desejosos de estabelecer cooperação com o INEP. Finalmente, pronunciei no dia 11 de abril, no auditório da PUC, uma conferência sobre a elaboração de linguagens documentárias em ciências sociais e humanas.

2. OBJETIVO DA MISSÃO E DESTE RELATÓRIO

Minha missão teve por objetivo determinar, no contexto das instituições interessadas em plano nacional e internacional e levando em conta os diferentes projetos em curso de elaboração, a melhor maneira de desenvolver no Brasil um Sistema de informação relativo à educação. Por ocasião das diferentes reuniões de trabalho das quais participei, a reflexão focalizou principalmente os métodos a por em execução, as instituições passíveis de contribuir para a realização do projeto e os meios requeridos para tal fim.

Limitar-me-ei, neste relatório, estritamente aos problemas inerentes ao intercâmbio de informações, e não mencionarei a pesquisa em si: esta será abordada unicamente sob o ângulo da informação sobre a pesquisa, trate-se, por exemplo, de inventariar os projetos em curso ou de divulgar os resultados de pesquisas já concluídas.

Isso não implica que se deva dissociar a informação da pesquisa: as atividades de documentação e, de maneira mais geral, as de informação, só têm sentido, no que se refere às decisões a serem tomadas, se estiverem ligadas às atividades de pesquisa e, inversamente, estas atividades não poderiam ser realizadas sem um bom conhecimento dos dados coletados e sem uma ampla informação sobre o seu campo.

Dai ser desejável, de modo geral, que a instituição que deva ser o suporte de um sistema de informação seja, paralelamente, uma instituição dedicada à pesquisa. A informação e a pesquisa estão igualmente ligadas à tomada de decisão; pertencem a uma mesma política e, tanto quanto possível, não devem ficar separadas.

3. POSIÇÃO DO INEP NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO RELATIVO À EDUCAÇÃO

No caso do INEP, a soma das atividades de pesquisa e de informação está particularmente bem realizada e este aspecto é, segundo minha opinião, uma boa razão para conferir a essa Instituição uma posição central no Sistema. Existem, todavia, muitas outras, levando

por exemplo em conta que desde a sua criação, em 1938, o INEP adquiriu, no campo da informação, uma experiência que seria difícil substituir visto que dispõe de um acervo sem o qual não seria possível encarar uma difusão válida e que dispõe, em matéria de pessoal, de técnicos em informação especialmente competentes que não esperaram ter em mãos os meios exigidos pela informação, a mais moderna, para se dedicar às suas tarefas de maneira eficaz.

Esta posição central, que cabe de direito ao INEP, foi aliás explicitamente reconhecida como tal pelo Decreto Presidencial n.71.407 de 20 de novembro de 1972, dispondo que essa Instituição "tem por finalidade, como órgão central de direção superior, o exercício de todas as atividades necessárias ao estímulo, à coordenação, à realização e à difusão das pesquisas educacionais no país". Levando em conta os dispositivos da Portaria Ministerial n. 729.BSB de 9 de outubro de 1972, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 do mesmo mês, o Diretor-Geral do INEP havia anteriormente decidido, em 14 de outubro de 1972, constituir a partir de 1º de novembro de 1972, o Grupo Tarefa Documentação e Informação Educacionais "para implantar e pôr em execução um sistema de informação educacional que fundamente e facilite os estudos e as pesquisas requeridas para a realização dos projetos prioritários do Plano Setorial de Educação e Cultura".

Lê-se, por fim, no referido Plano Setorial de Educação e Cultura, projeto 32, § 2 que "o INEP deverá paralelamente partir para um profundo estudo sobre as suas finalidades e objetivos, procurando sua integração em um complexo de atividades na área das informações, pesquisas, tecnologias, métodos avançados de administração do ensino, avaliação de sistemas com o fim de transformar-se em grande centro coletor e difusor de inovações para o sistema educacional".

É partindo dessa posição central do INEP, juridicamente definida, que se deve analisar a rede de instituições capazes de fornecer ao Sistema de informações a infra-estrutura necessária.

4. OS COMPONENTES DA REDE NACIONAL

Qualquer que seja o potencial do INEP, este não pode, de fato, por si só, instituir o sistema de informação educacional cujo bom funcionamento em plano nacional é desejável e especialmente requerido pelas instâncias administrativas encarregadas de tomar decisões no quadro geral da política da educação. Dando ao sistema o essencial de seu arcabouço e constituindo, de certa maneira, o "núcleo giratório" do intercâmbio para tudo que diz respeito à coleta, ao tratamento e à

difusão das informações, o INEP deve cogitar de uma distribuição de trabalho com instituições cujas preocupações sejam afins às suas.

4.1. Estrutura do INEP

Essa distribuição de trabalho já está aliás prevista na própria estruturação do INEP, na medida em que este compreende, além do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, sediado no Rio de Janeiro, cinco centros regionais cada um estendendo sua jurisdição sobre uma das grandes regiões fisiográficas do Brasil:

- o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Nordeste, sediado no Recife;
- o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sudeste, sediado em São Paulo;
- o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul, sediado em Porto Alegre;
- o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Norte, cuja sede ainda não foi determinada;
- o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Centro-Oeste, que deverá ser situado onde houver melhores possibilidades.

Cada Centro Regional tem por missão coordenar em sua área de atividade as operações de coleta, de tratamento e de difusão das informações, no que se refere principalmente à pesquisa, mas igualmente à legislação, à terminologia etc.. A cada Centro caberia normalmente manter, para esses fins, as ligações necessárias com as Secretarias de Educação dos diferentes Estados assim como com as Universidades.

Incluída na própria estrutura do INEP, tal repartição de tarefas em plano regional aparece como importante fator para o bom funcionamento de um Sistema nacional de informação educacional. De fato, é somente pela existência de centros regionais, possuindo seus próprios correspondentes, que se poderá ter certeza de corresponder à realidade a mais concreta da educação no conjunto do país. Um sistema de informação que fosse apenas constituído em nível central não poderia verdadeiramente ter a pretensão de ser nacional, na impossibilidade de poder captar as informações onde se encontram. Em matéria de educação, torna-se particularmente importante que o Sistema de informação possa levar em conta os resultados obtidos em estabelecimentos os mais afastados do núcleo central e esteja atento às inovações que afetam os setores os mais descentralizados; é também necessário que o Sistema possa redistribuir nesses estabelecimentos e nesses setores

as informações as mais pertinentes recebidas do conjunto. A coleta de dados e a difusão das informações, sendo impelidas a se utilizar normalmente do canal dos centros regionais, como resultado da própria estrutura do INEP, constituem, sem dúvida alguma, fator altamente positivo na implantação do Sistema.

4.2. Ligação com o SEEC

Essa implantação depende no entanto, igualmente, das ligações a serem estabelecidas com outras instituições.

Entre essas, convêm destacar, de início, como fator principal, o Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Na verdade o SEEC coleta e trata informações que pertencem a um tipo especial de acervo. Trata-se de dados estatísticos relativos às matrículas, ao pessoal docente e administrativo, aos estabelecimentos de ensino, ao equipamento escolar, ao material didático, aos recursos financeiros. Esses dados podem constituir um banco de dados, capaz de ser interrogado (sobretudo pelo MEC) sem que seja necessário consultar o INEP.

Todavia, uma ligação entre o SEEC e o INEP deve ser prevista, e de maneira tão estreita e essencial que não se pode pensar apenas em uma simples justaposição dos arquivos pertencentes às duas instituições. Essa ligação deve ser feita em três planos principais.

O primeiro diz respeito, quando do estabelecimento de dados estatísticos, ao imperativo de levar em conta tanto as necessidades quanto os resultados das pesquisas. As informações de caráter estatístico não teriam, por assim dizer, utilização se permanecessem apenas em estado de dados brutos; justificam na própria lógica do tratamento estatístico, de uma certa ordenação que leva a sua utilização, seja pela administração responsável das tomadas de decisão, seja pelo pesquisador educacional. É no nível dessa ordenação que deve ser prevista uma interface estatística/pesquisa.

O segundo plano, ao contrário do primeiro, diz respeito a serem levados em conta os dados estatísticos no estabelecimento dos projetos de pesquisa. É, sem dúvida, absolutamente indispensável que parte da pesquisa possa ser planejada em decorrência de hipóteses de trabalho levantadas pela leitura das estatísticas, se queremos que os resultados da pesquisa contribuam eficazmente para o desenvolvimento do sistema educacional.

Finalmente, a ligação INEP/SEEC se torna indispensável no plano da linguagem documentária que deve nortear o armazenamento e

a recuperação das informações. Trataremos mais adiante dessa linguagem, mas é necessário desde já assinalar a importância de ser a linguagem o veículo normal de comando tanto para o arquivo de dados estatísticos quanto para o arquivo das informações relativas à pesquisa, sendo essa linguagem o elemento que melhor, e definitivamente realiza, senão a total unidade entre os dois arquivos, pelo menos sua estreita correspondência.

O Plano Setorial de Educação e Cultura prevê explicitamente (Projeto 21, §5) que a competência dos diversos órgãos interessados na implantação do Sistema de informação educacional seja examinada por um Grupo de trabalho multidisciplinar compreendendo principalmente o SEEC, o INEP, o CNRH (IPEA) e o IBGE. Seria então esse Grupo que teria em primeiro lugar a incumbência de identificar as modalidades da ligação INEP/SEEC no âmago do Sistema de informação.

4.3. Com outras instituições que de uma ou de outra maneira estejam ligadas ao campo da educação, o mesmo princípio da distribuição do trabalho deverá prevalecer na medida do possível e dos convênios a serem estabelecidos. Duas categorias de instituições deverão ser distinguidas, segundo sejam sediadas dentro ou fora do Estado da Guanabara, precisando-se o campo em que haja possibilidade de entendimentos na repartição das tarefas.

4.3.1. Colaboração com as instituições sediadas na Guanabara

- Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais: aquisição planejada de livros e periódicos, estabelecimento do catálogo coletivo de livros, repartição do trabalho de análise documental.

- Departamento Nacional de Mão-de-Obra: Cooperação na elaboração do Thesaurus Brasileiro de Educação, para a parte referente à terminologia relativa aos recursos humanos e à mão-de-obra.

- INDOC/Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas: aquisição planejada, estabelecimento do catálogo coletivo de livros.

- Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação: colaboração na elaboração do Thesaurus, automação da catalogação e definição de um formato de comunicação (adaptação do MARC II), automação do catálogo coletivo de periódicos, treinamento de pessoal especializado (estágios de formação, cursos.).

- Instituto Brasileiro de Estatística: aquisição planejada, catálogo coletivo de livros, colaboração na elaboração do Thesaurus.

- Instituto de Estudos Avançados em Educação (Fundação Getúlio Vargas) cooperação no estabelecimento de cadastros e na coleta de informações sobre pesquisas em curso, centros de pesquisas e pesquisadores.

- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: aquisição planejada, estabelecimento do Catálogo Coletivo de livros.

- Ministério do Planejamento: cooperação na elaboração do Thesaurus, divisão do trabalho de análise documentária.

- MOBRAL: coleta de documentos produzidos pelo órgão, no que se refere à educação de adultos, estabelecimento do catálogo coletivo de livros. Colaboração na elaboração do Thesaurus.

- Secretaria de Educação do Estado da Guanabara: coleta de dados sobre pesquisas em curso, centros de pesquisas, pesquisadores, análise da legislação educacional do Estado.

- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial: cooperação na elaboração do Thesaurus, para a parte relativa à aprendizagem comercial.

- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial: aquisição planejada, coleta de documentos produzidos pelo SENAI, cooperação na elaboração do Thesaurus no que toca à aprendizagem industrial.

É em particular com as instituições acima discriminadas que deve ser estabelecida uma colaboração constante com o objetivo de evitar duplicação de esforços e de recursos, com o propósito de chegar-se a um sistema unificado de informações. Aliás, essa colaboração já faz parte do programa do Grupo Tarefa para 1973, tendo sido prevista a constituição de um grupo de consultoria permanente representando as mencionadas instituições.

4.3.2. Ligação com o PRODASEN

Fóra da Guanabara, tomaremos como exemplo de um tipo de ligação especialmente útil aquela que convem assegurar, em Brasília, com o Senado Federal. Este dispõe, como já sabemos, de uma unidade de tratamento de informações especialmente bem dotada em material eletrônico. É utilizada atualmente em duas direções principais: para a gestão do acervo da Biblioteca do Senado (14.000 referências bibliográficas, já se encontram armazenadas na memória do computador e podem ser recuperadas a pedido, por uma console munida de tubo catódico, por meio de descritores apropriados), e para o tratamento da legislação federal. O INEP e o PRODASEN possuem interesses não somente compatíveis, mas também complementares. O INEP estaria interessado em receber, em fitas magnéticas, o fichário do PRODASEN na medida em que este corresponda

ao campo da educação; utilizaria diretamente esse fichário paralelamente aos que já foram constituídos por meio de outras fontes mesmo que que tenha que adotar para essas referências novo formato, caso venha a escolher outro sistema que não seja o sistema Stairs (software da IBM) em utilização no Senado. O PRODASEN por sua vez poderia armazenar, com os seus próprios dados, aqueles fornecidos pelo INEP, sejam eles tocantes à jurisprudência, à legislação estadual, a referências bibliográficas ou a análises feitas sobre pesquisas, e aproveitar, nesse setor particular da educação, o esforço de elaboração terminológica efetuada pelo INEP para o Thesaurus Brasileiro de Educação.

Existiria assim, nesse plano, um início de colaboração particularmente fecunda, que poderia se estender futuramente à Câmara de Deputados caso esta resolva, seguindo o exemplo do Senado, tratar o acervo de sua Biblioteca e seus próprios documentos pelo PRODASEN. Tal cooperação permitiria, a pedido, levar ao conhecimento imediato dos legisladores as informações coletadas e tratadas pelo INEP, assegurando, no campo educacional, a melhor base para as medidas legislativas a serem adotadas.

4.4. Convênio MEC-UnB

Tendo em vista a possibilidade de organizar, em plano nacional, os fluxos de informações capazes de caracterizarem o INEP como "núcleo giratório", foi que me coube examinar, em sua versão provisória (fevereiro 1973), um projeto de sistema de informação para educação e cultura elaborado conjuntamente pelo MEC e pela Universidade de Brasília. Tendo sido levado a formular a seu respeito algumas observações diante do Secretário Geral do MEC e de diferentes especialistas, apresento-as de novo neste relatório, esperando assim contribuir à definição de um sistema de informações educacionais susceptível de se tornar rapidamente operacional.

Em primeiro lugar, o sistema proposto nos termos do convênio MEC/UnB parece-me ter sido constituído sem base concreta. Elaborado segundo a técnica dita de "análise de sistemas", apresenta-se como um modelo teórico, desligado da realidade das instituições que têm efetivamente a seu cargo a gestão das informações e a realização da pesquisa em matéria de educação. O projeto revela o defeito de todas as formulações que não se baseiam em uma análise concreta previamente feita, e se o modelo parece adequado em decorrência de esquemas que se poderiam aplicar, sem qualquer constrangimento, a qualquer situa-

ção e a qualquer país, é porque foi formulado sem considerar obstáculos. Tais modelos, se satisfazem certamente seus idealizadores e se proporcionam um tipo de prazer estético aos que o contemplan, são, segundo me parece, mais perigosos do que úteis, já que levam, em sua lógica aparente, ao desconhecimento das dificuldades que são o "pão de cada dia" daqueles que tratam a informação.

Por outro lado, considero que no próprio plano teórico em que se situa o modelo, poder-se-ia formular contra êle um certo número de críticas. Darei alguns exemplos que facilmente poderiam ser multiplicados e desenvolvidos:

- A diferenciação dos três arquivos ("arquivo gerencial", "arquivo de acesso rápido" e "arquivo convencional") dificilmente poderá ser aceita já que o modelo se situa sob o ângulo da tomada de decisão. A tomada de decisão a curto prazo corresponderia o "arquivo gerencial"; o "arquivo de acesso rápido" permitiria atender às necessidades da decisão a médio prazo; e ao "arquivo convencional" às necessidades da decisão a longo prazo. Como não ver que tal distinção é simplesmente arbitrária? Como poderíamos nos contentar, para decidir a curto prazo, com informações na forma pela qual se prevê alimentar o primeiro arquivo? Dever-se-ia, pela urgência das decisões a serem tomadas, não levar em conta as informações estatísticas armazenadas no segundo arquivo e decidir, por exemplo, sobre as pesquisas a serem empreendidas no momento sem considerar os resultados já obtidos que foram consignados no arquivo dito "convencional"?

- A distinção dos sub-sistemas de informação (para estudos e pesquisas, para a qualificação dos recursos humanos, para a educação geral, para a educação complementar, para a educação física, etc.) pode parecer satisfatória à mente já que introduz um simulacro de clareza em um campo que se apresenta indiferenciado. Mas, em realidade, essa distinção é tão arbitrária quanto aquela dos três arquivos, pois que recorta artificialmente um setor no qual, como sempre quando se trata de ciências humanas, tudo é interligado. Não existe de fato nenhum tipo de informação que se possa atribuir exclusivamente a um sub-sistema sem que, de alguma maneira, um outro sub-sistema tenha necessidade de armazená-lo; ora, os fluxos de informação de sub-sistema a sub-sistema não parecem ser levados em conta pelo modelo. Nessas condições é melhor tratar globalmente as informações relativas à educação, com todas as interferências que elas comportam, mas tendo por meio da linguagem documentária (Thesaurus Brasileiro de Educação) - linguagem cuja necessidade não foi devidamente assinalada

no modelo - a possibilidade de identificar as interferências e de recuperá-las segundo diferentes pontos de vista. Basicamente, é a linguagem documentária, na sua lógica específica e pela articulação de seus descritores, segundo suas afinidades de sentido, que detem o poder de caracterizar os sub-sistemas possíveis. Esses não podem ser caracterizados a priori; nem podem ser compartimentos estanques; eles serão fixados em função do tratamento das informações pela linguagem e seria um mau procedimento determiná-los antes que a linguagem documentária seja uma linguagem falada.

- Essas observações deveriam ser suficientes. Acrescentamos, para entrar no âmago da construção proposta, que seria indispensável precisar a maneira pela qual os diferentes sub-sistemas se ligam aos três arquivos. Dever-se-á interligar cada um desses arquivos pelo conjunto dos sub-sistemas e seriam os três, ao mesmo título, passíveis de interligação? Ou, pelo contrário, dever-se-á repartir as informações contidas nos sub-sistemas de acordo com os três arquivos e que critérios seguir para tal repartição?

- Finalmente, parece evidente que o "sub-sistema de tratamento da informação" ocupa no modelo uma posição muito ambígua. Ou então, se trata, com efeito, de designar sob esse título todos os dados relativos à informação, à comunicação, à documentação na medida em que são tomadas como objeto de estudo; ou então se trata do próprio tratamento da informação tal como é efetuado no interior mesmo do modelo. Na primeira hipótese, não há nenhuma dificuldade em fazer do tratamento da informação um sub-sistema; mas neste caso, há uma sensível ausência de previsão quanto às operações de coleta, de análise e de difusão dos dados no próprio sub-sistema. Na segunda hipótese, não se trata, obviamente, de um sub-sistema, no sentido dado aos outros sub-sistemas. Dessas observações, apesar de sumárias, cheguei à convicção de que qualquer sistema válido de informação educacional não pode a priori ser concebido por técnicos que de maneira manifesta ignoram a matéria tratada e que aplicam a um campo que pouco conhecem modelos forjados alhures e para outros fins.

4.5. Posição do Sistema no Tratamento Geral da Informação em Nível Nacional

Caso se atribua ao Sistema de informação educacional toda a importância que normalmente lhe cabe e que somente será conseguida pelo reforço das estruturas do INEP considerado como órgão central da rede, ele se estabelecerá paralelamente ao Sistema da Informação ciên-

tífico e tecnológico. Deveremos procurar uma articulação entre os dois sistemas, sobretudo no plano técnico quanto à definição de normas a aplicar no quadro mais abrangente do tratamento geral da informação em nível nacional, que se estenderia das ciências exatas às técnicas educacionais, reservando-se, por outro lado, um setor específico para as ciências sociais.

5. INSERÇÃO NUMA REDE INTERNACIONAL

Uma vez bem estabelecido no plano nacional, o sistema de informação em educação deveria procurar inserir-se no mecanismo de intercâmbio internacional já montado nesse campo. O INEP se encontra em situação particularmente favorável para realizar esta inserção.

Na América Latina, o INEP já estabeleceu relações com um certo número de Centros em diferentes países e sua próxima participação no Seminário Latino Americano de Centros de Pesquisas Educacionais, em São Paulo, deveria lhe permitir reforçar essas relações. O INEP responde regularmente aos questionários enviados pela OEA e examina a possibilidade de intercambiar análises documentárias com o Centro Latino Americano de Documentación Economica y Social (CLADES), sediado junto à CEPAL, em Santiago do Chile. Fora da América Latina, o INEP participa do tratamento de informações realizado pela UNESCO/BIE, enviando ao BIE resumos que este publica sob o título de "Service Coopératif de Résumés analytiques de publications relatives à l'éducation (CEAS)". O INEP poderia sem dúvida, cogitar quanto ao intercâmbio com a UNESCO, por meio de fitas magnéticas, de suas próprias análises documentárias em troca das análises que essa Organização Internacional efetua agora de seus próprios documentos, interessando-se muito especialmente pelos relatórios de missão preparados por peritos educacionais. Um intercâmbio do mesmo tipo poderia ser estudado com a OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Economico) em Paris, e com o BIT, em Genebra; a Sra. Regina Helena Tavares, Gerente do GT/Documentação e Informação Educacionais do INEP já teve oportunidade de colaborar com essas duas Organizações na elaboração da linguagem documentária que lhes é comum, o Macrothesaurus, em vias de publicação no Brasil pelo IBBD.

Uma ligação também já se encontra estabelecida entre o INEP e o Conselho da Europe, que atualmente está terminando a elaboração do Thesaurus EUDISED (European Documentation and Information System for Education) que deve gerenciar, a partir de 1974, o intercâmbio de informação educacional entre os países da Europa Ocidental que já

Finalmente, além de seus contatos com as Organizações Internacionais sediadas na Europa, o INEP mantém relações estreitas nessa região do mundo com numerosas instituições nacionais capazes de lhe permitir o acesso às informações que coletam. Por exemplo, na Inglaterra, com o "Institute of Education" da Universidade de Londres e, na França, com o "Institut National de Recherche et de Documentation Pédagogiques" ou com o "Service d'Echange d'Informations Scientifiques" da Maison des Sciences de l'Homme.

Todas essas ligações, feitas por meio do INEP, constituem para o Sistema brasileiro de informações educacionais uma garantia de integração ao sistema internacional onde poderá encontrar, mesmo no exterior, uma boa confirmação de sua eficiência e, sem dúvida alguma, novos meios que lhe permitirão alcançar os objetivos fixados.

6. UM OBJETIVO PRIORITÁRIO: O THESAURUS BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO

O primeiro desses objetivos consiste certamente na elaboração de um Thesaurus Brasileiro de Educação. Unicamente a posse de uma linguagem documentária correspondendo a seu campo de ação pode dar ao INEP condições para executar suas tarefas. Essa linguagem deverá também, normalmente, estabelecer as bases para a coesão da rede a ser implantada. Seja para o tratamento de dados estatísticos, para a análise da legislação ou para por em evidência as informações relativas à pesquisa, o "in put" no sistema de informação é comandado pelo Thesaurus. Determinados em função da problemática da educação e apresentando uma rede de relações extensiva ao campo que atrange os descritores que o compõem fornecem, de fato, a chave sem a qual não se poderia nem armazenar a informação nem recuperá-la a pedido.

Esse Thesaurus, cabe ao INEP elaborá-lo, e de tal maneira que possa dar ao sistema o seu melhor suporte correspondendo ao tratamento de dados nacionais, bem como às possibilidades de intercâmbio com outros países ou com as organizações internacionais.

Para esse fim, a melhor medida seria certamente a de aproveitar o esforço desenvolvido nos últimos anos por algumas dessas organizações em matéria de terminologia educacional. Tratando-se do desenvolvimento econômico e social, o IBBDD realizou a adaptação brasileira do Macrothesaurus estabelecido pela OCDE e por diferentes instituições especializadas das Nações Unidas; o INEP, em seu próprio campo, poderia seguir os mesmos passos, aproveitando o Thesaurus EUDISED elaborado pelo Conselho da Europa.

Esse Thesaurus apresenta, na verdade, a particularidade interessante de ter sido elaborado em articulação com as linguagens documentárias produzidas nos países da Europa Ocidental para o tratamento automático das informações educacionais; leva em conta também o Thesaurus ERC elaborado nos Estados Unidos, bem como os descritores utilizados tanto pela OCDE quanto pelo "Bureau Internacional d'Education" (BIE). Redigido em francês, em inglês e em alemão, será redigido em espanhol e em italiano em 1974. Os termos incluídos, ao encontrarem equivalência em diferentes idiomas, se beneficiam de uma espécie de consenso em nível internacional; é possível afirmar que eles fornecem o núcleo da linguagem documentária susceptível de ser utilizada em um dado país para tratar da educação. Bastará acrescentar a esse núcleo os termos específicos necessários para caracterizar o sistema nacional de ensino (referentes a estabelecimentos, professores, exames, diplomas, etc.) para que se possa dispor de um instrumento que seja, no essencial, compatível com aqueles utilizados em outros países ou regiões do mundo.

O INEP deve receber, já em fins de abril de 1973, o Thesaurus EUDISED em seu estado atual de elaboração e tal como foi produzido pelo computador do BIT em Genebra em decorrência de um convênio estabelecido com o Conselho da Europa. Essa elaboração já se encontra bem adiantada (os descritores já consignados em três línguas encontram-se classificados por facetas) para que o INEP possa de imediato utilizá-lo.

Como primeiro passo, o INEP deverá procurar em português as equivalências as mais aptas a corresponder aos descritores que figuram no Thesaurus EUDISED.

Como segunda iniciativa, o INEP deve selecionar a terminologia específica relativa ao sistema educacional brasileiro e a sua problemática particular, e assegurar a articulação dessa terminologia com as diferentes facetas incluídas no Thesaurus EUDISED. Aliás, o INEP já está atuando nesta direção, uma vez que o GT/Documentação e Informação Educacionais incorporou ao seu programa a constituição de um fichário conceitual relativo à educação, recenseando suas principais acepções no Brasil.

Tal trabalho deverá ser executado, possivelmente, até fins de 1973, permitindo assim a publicação do Thesaurus Brasileiro de Educação em 1974, respondendo ao mesmo tempo às necessidades do tratamento da documentação em plano nacional e às exigências, cada dia mais imperativas, de um intercâmbio internacional de informações.

A realização de tal thesaurus deveria incidir imediatamente sobre o sistema de informação educacional, que vem se estabelecendo, atualmente de forma progressiva. Ao permitir tratar as informações de todo tipo, de uma maneira coerente, asseguraria a convergência dos diferentes órgãos pertencentes à rede e fundamentaria a integração do sistema para o melhor proveito de seus usuários: administração, corpo docente, estudantes, pesquisadores.

A importância do Thesaurus Brasileiro de Educação não deve deixar passar despercebido que ele é apenas um instrumento pautado para outros fins. Esses fins foram definidos, desde o início de 1973, pelo GT/Documentação e Informação Educacionais, considerando o tratamento da informação decorrente das exigências de realização do Plano Setorial para a Educação e Cultura; mas, sem dúvida, não é inútil assinalar aqui alguns aspectos das tarefas a realizar ordenando-os segundo as exigências da coleta da informação, de seu tratamento, de sua conservação e de sua difusão.

7. COLETA DE INFORMAÇÃO

Se deixarmos de lado a coleta de dados brutos, de competência do SEEC quanto à realização do recenseamento anual, caberá ao INEP, no contexto geral do sistema de informação educacional, assegurar a coleta de informações relativas à legislação, à pesquisa e a todo acontecimento que afete significativamente o sistema de ensino.

7.1. Em se tratando da legislação educacional, já mencionamos qual o tipo de colaboração que deveria ser estabelecida com o Senado Federal para todo ato relativo à União. Essa colaboração constaria da coleta dos dados, de seu registro e de sua análise, e corresponderia a uma divisão de tarefas que evitaria duplicação de esforços. Atualmente o INEP analisa o Diário Oficial e registra, não apenas os textos de leis e decretos, mas também a jurisprudência do Conselho Federal de Educação; poderia, certamente, através de seus centros regionais, ter acesso à legislação estadual. Um convênio poderia ser firmado com o Senado Federal para assegurar melhor divisão do trabalho de recuperação e análise. Nos termos desse convênio, o INEP forneceria os dados que coleta e em troca teria acesso direto às informações de caráter jurídico sobre a educação tratadas pelo Senado, de forma a poder atender, neste campo, como em outros, às solicitações dos usuários e sobretudo das esferas administrativas.

7.2. Em se tratando da pesquisa, o INEP acaba de lançar três tipos de inqueritos a serem mantidos regularmente, mas segundo uma periodi-

cidade que pode variar de um tipo a outro: a) unidades de Pesquisa , b) pesquisas em curso, c) pesquisadores. Esses inquéritos, realizados por meio de questionário, levam à publicação de inventários e colocarão o INEP em condições de coordenar e de avaliar as atividades de pesquisa no país.

A esses três tipos de inquérito seria interessante acrescentar um quarto tipo referente às unidades de documentação relativas à educação. Na verdade, somente quando essas unidades (inclusive as bibliotecas especializadas) forem localizadas e quando for conhecido o acervo documentário de que dispõem, é que se poderá implantar uma verdadeira política de informação.

Além dos inquéritos é indispensável que o INEP pense numa estratégia de aquisições de obras, periódicos e outros documentos que não se encontram normalmente disponíveis na rede de distribuição comercial (trabalhos apresentados em congressos, relatórios de pesquisa, etc.). Tudo o que representa testemunho válido sobre a pesquisa educacional no Brasil deveria ser adquirido, ou pelo menos localizado, de modo a permitir análises a serem incluídas na Bibliografia Brasileira de Educação considerada como exaustiva. Talvez fosse possível, numa segunda fase, ir mais longe e obter, com a colaboração de instituições nacionais ou com a cooperação das instituições internacionais (o CLADES, o Centro de Documentación y Bibliotecas del Programa Centro Americano de Desarrollo de las Ciencias Sociales, etc.) na região latino americana, um material extensivo aos seus diferentes países e que já seria tratado por uma linguagem documentária idêntica, no essencial, ao Thesaurus Brasileiro de Educação.

Num último "approach", a coleta de informações sobre a pesquisa realizada pelo INEP deveria incluir a contribuição de outros países além dos da América Latina e das organizações internacionais tais como a UNESCO, o BIT, a OCDE, o Conselho da Europa. Essa contribuição poderia ser registrada em fitas magnéticas capazes de serem consultadas diretamente pelo INEP em decorrência da compatibilidade de seus "formatos". Nesse sentido, poderiam ser firmados convênios e o INEP forneceria, em contrapartida às informações recebidas seus próprios acervos documentários.

7.3. Em se tratando do acontecimento ou da atualidade em assuntos educacionais, o INEP já montou um serviço que analisa sistematicamente os principais jornais da Guanabara e de São Paulo, recortando dos mesmos tudo o que neles se refere à educação. Esses recortes

são organizados em pastas acessíveis à consulta. Esse serviço é particularmente interessante e poderia ser extensivo a todo o Brasil por intermédio dos Centros Regionais. É de lastimar que não se preste no momento a uma ampla difusão das informações coletadas; talvez, no decorrer desse relatório, alguma fórmula possa ser encontrada a esse respeito.

8. TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Desse tratamento, diremos pouco, pois os seus mecanismos já se encontram em funcionamento no INEP. Tal tratamento deverá naturalmente ser efetuado com o auxílio do Thesaurus procurando-se cercar da melhor maneira a informação a partir dos descritores os mais específicos.

É necessário ter sempre em mente que, utilizando uma linguagem documentária, não se pode realmente dar todo o conteúdo de um documento de maneira a dispensar a sua consulta direta; na melhor das hipóteses será possível indicar que tipo de informação contém e de que assunto trata.

À colocação em evidência dessa informação por meio de descritores apenas justapostos, sem estabelecer ligações entre eles, dar-se-á preferência ao método que consiste em incluir esses descritores numa frase redigida em linguagem natural, pois é no contexto da frase que os descritores terão sentido pleno, levando o pesquisador, com maior segurança, à informação desejada. Esse método já foi tão bem ilustrado no BIT, na FAO, na OCDE e na UNESCO que não julgamos necessário descrevê-lo detalhadamente. Sua execução exige, todavia, especialistas bem preparados e, antes de aplicá-lo definitivamente, é aconselhável prever um período de treinamento de pessoal.

De modo geral, todos os tipos de informação podem ser tratados de maneira similar, sejam séries estatísticas, textos legislativos, projetos de pesquisa, instituições, pesquisadores, artigos, ou obras científicas. Ao utilizarmos a mesma linguagem para identificá-las, temos a possibilidade de recuperar essas informações globalmente para uma mesma solicitação, possibilidade que, na maioria das vezes, é importante.

9. ARQUIVAMENTO DOS DOCUMENTOS

Se a análise dos documentos, propriamente ditos, não dispensa, de forma alguma, a sua consulta (a esse respeito, um banco de análises documentárias difere fundamentalmente de um banco de dados brutos), torna-se indispensável conservá-los.

9.1. Normalmente, para os documentos escritos, esse arquivamento se realiza na biblioteca. O INEP teria grande interesse em inserir a Biblioteca na perspectiva imposta pelo tratamento da informação. Isso implica numa nova forma de gestão.

Essa gestão deveria em primeiro lugar ser concebida em ligação com a gestão de outras bibliotecas que tratam globalmente ou em parte, do mesmo campo; daí a implantação de uma aquisição planificada, de um alinhamento dos procedimentos de catalogação e dos sistemas de referência. A Biblioteca deveria também só ordenar em suas estantes os documentos que tenham recebido no sistema geral um tratamento de suas informações; e é esse mesmo tratamento que deverá prover o estabelecimento do catálogo de assuntos. Finalmente, ao lado de um acervo relativamente antigo, mas sempre útil para as pesquisas retrospectivas de caráter teórico ou histórico, conviria identificar e adquirir acervo novo que refletisse a problemática mais atual da educação no Brasil e na América Latina e que teria suscetível de servir de vitrina na qualidade de exposição permanente dos temas de pesquisa os mais em voga.

Sem dúvida, há necessidade de mais espaço, mas o espaço pode ser obtido rejeitando-se o que não for considerado útil, proveniente de doações ou de intercâmbio, e efetuando-se uma triagem das aquisições anteriores, começando pelos 10.000 livros didáticos, em sua maioria bastante obsoletos.

9.2. O sistema de reprodução dos documentos, em processo de instalação, deveria igualmente permitir ganhar espaço, caso se proceda sistematicamente à microfilmagem ou à elaboração de microfichas de documentos que não sejam objeto de consulta frequente.

Contudo, não é, sem dúvida, esta a principal utilidade do sistema de reprodução; estabelece-se em ligação com o tratamento das informações. Para uma solicitação que chega ao Sistema de informação, o solicitante recebe a indicação dos documentos susceptíveis de satisfazê-lo; essa indicação compreende, além da referência bibliográfica, a análise de conteúdo que possibilita apreciar a pertinência do documento oferecido. Seria evidentemente interessante obter diretamente, uma vez feita a triagem dos documentos úteis, o próprio texto desses documentos. Caso este texto já tenha sido reproduzido em microficha (seria necessário microfilmar sistematicamente todos os documentos analisados, atribuindo à microficha o número de entrada da análise) e se essa microficha é armazenada em um carrossel de acesso rápido, será possível obter uma cópia em quatro segundos.

(A esse respeito, pedir documentação à SYNELEC, 379 av. du Général de Gaulle, 92 Clanart, França ou à SYNELEC Information Systèmes, Av. Louise 176, 1050 Bruxelas, Bélgica). Uma vez os documentos devidamente analisados e microfichados, não será necessário conservá-los; daí uma apreciável economia de espaço.

9.3. O INEP dispõe, atualmente, de uma certa quantidade de material didático (audiovisual) a ser inventariado, avaliado e colocado eventualmente à disposição das instituições de ensino. Caso o projeto venha a ser inscrito no Plano Setorial para a Educação e a Cultura haveria no campo de audiovisuais o início de uma atividade que poderia ser desenvolvida pelo INEP mas que requereria meios de certo vulto: o preparo sistemático do material correspondendo a uma aula determinada, a um determinado curso... Esse tipo de serviço é fornecido na França pelo "Office Français des Techniques Modernes d'Éducation" (OFRATEME), 29 rue d'Ulm, 75005 Paris.

10. DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO

10.1. Antes de se cogitar na difusão da informação, torna-se necessário poder apreciar se ela é objeto de demanda. Assim, o inquérito que está sendo efetuado pelo INEP para determinar o perfil de usuários de um sistema de informação educacional, constitui excelente iniciativa. Contudo, é feito demasiadamente em função dos meios de que dispõe no momento o CBPE e tendo por base os usuários habituais. Há que atribuir a esse levantamento um caráter mais prospectivo. O que importaria saber é o tipo de Serviço que os usuários gostariam de ter a sua disposição, as categorias de informações de interesse prioritário; e haveria também que determinar como se situam esses usuários, a que meio profissional pertencem (administradores, professores, estudantes, pesquisadores etc.). A título de experiência, e já que o sistema de informação deve, prioritariamente, atender às necessidades daqueles que têm a responsabilidade das decisões em matéria de educação, poder-se-ia pensar em efetuar um inquérito dentro do quadro do MEC, por meio de uma amostragem representativa de administradores e planejadores. Solicitando às pessoas interrogadas que especifiquem, sob forma de uma lista de cerca de 20 descritores, seus interesses principais e explicando-lhes que se trata de determinar o perfil segundo o qual receberão uma informação personalizada, haveria a possibilidade de levar em conta a demanda potencial até na elaboração do Thesaurus Brasileiro de Educação.

10.2. O que devemos ter por objetivo é a implantação de um Serviço de Difusão Seletiva da Informação (SDI Service) baseado no perfil de usuários. Logo que a automação do Sistema de informação estiver em andamento, o SDI poderá começar a funcionar sem grandes pretensões, tomando-se, por exemplo, cinquenta destinatários escolhidos entre diferentes categorias de usuários, experiência esta que nos proporcionará ensinamentos úteis.

10.3. Os meios de difundir as informações de que dispõe atualmente o INEP consistem em quatro periódicos:

- Bibliografia Brasileira de Educação
- Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
- Boletim de Aquisições de Biblioteca
- INEP informa (que daqui por diante substituirá o Boletim informativo)

O interesse representado pelos dois primeiros é incontestável e a prova de sua utilidade (autenticada pela sua tiragem) não precisa ser demonstrada. Devem por certo ser mantidos e desenvolvidos, levando em conta, simplesmente, na preparação das informações que fornecem, os novos imperativos do sistema de informação (linguagem documentária, método de análise, etc.).

É sem dúvida ainda mais evidente que o Boletim de Aquisição deve também levar em conta esses imperativos, já que esse Boletim deve ser apenas um sub-produto do sistema, uma vez que a Biblioteca só registrará livros capazes de dar informações úteis e traduzidos por meio de análises.

INEP informa, que acaba de publicar seu primeiro número, representa uma tentativa interessante de proporcionar informações sucintas e atuais. Para que o leitor possa ir diretamente às notícias de seu interesse deveria ser prevista uma distribuição mais apropriada, organizando-as por categorias. Também seria necessário, já que esse tipo de informação se torna rapidamente obsoleta, dar à publicação uma periodicidade menos espaçada (de um mês no máximo).

A fim de mobilizar a informação coletada pelo Serviço de Recortes de Jornal, seria aconselhável pensar na publicação, semanal, sob forma a ser estudada, (uma simples página recto-verso, contudo, seria suficiente), de uma Revista da Imprensa Diária referente à educação. Esta poderia, a título de experiência, ser distribuída previamente no próprio MEC, de maneira a despertar o interesse dos usuários eventuais do Sistema de informação educacional e de modo também a cadastrar esses usuários (poder-se-ia pedir aos interessados que pre-

enchessem um formulário indicando seu interesse em receber doravante a Revista da Imprensa Diária).

10.4. Com o desenvolvimento do Sistema de informação, poderíamos encontrar outros suportes em vista de uma difusão constantemente aumentada dos dados coletados e analisados. Assim é que a Bibliografia Brasileira de Educação poderia ser objeto de uma dupla distribuição, sob sua forma atual e por meio também de fichas analíticas estabelecidas de acordo com a ficha padronizada internacionalmente utilizada pelas Bibliotecas. Deste modo poder-se-ia também efetuar, sob forma de fitas magnéticas ou de discos, o intercâmbio das informações tratadas com outros sistemas igualmente automatizados.

10.5. Ainda que a difusão vista por esse prisma seja ampla e os meios para servi-la diversificados, não ficará atendida uma parte significativa da demanda. Há que atribuir seguramente essa carência à falta de preparo dos usuários atualmente pouco preparados para utilizar os meios de informação os mais especializados, mas também ao fato de que esses meios (sobretudo se não compreenderem nenhum serviço de difusão seletivo baseado nos perfis de usuário), não tratam com a devida consideração as respostas a serem dadas a perguntas muito específicas. Daí, a necessidade de implantar, além dos meios de difusão sistemática, já mencionados, um Serviço Pergunta-Resposta-Educação capaz de atender a solicitações bem precisas partindo das informações já registradas ou de dirigir essas solicitações às instituições mais qualificadas para atendê-las no caso em que as informações disponíveis sejam insuficientes.

O fornecimento de informações de maneira instantânea implicando na maioria das vezes a necessidade de recorrer a um elemento altamente especializado, permanecerá ainda por longo tempo indispensável, apesar dos mecanismos já implantados, e seria conveniente integrar o serviço Pergunta-Resposta-Educação nas funções a serem exercidas pelo Sistema.

11. AUTOMAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Grande parte das realizações assinaladas requereria, caso se deseje levá-las a bom termo, a automação do Sistema de informação. Em outras palavras: requereria que o INEP estivesse ligado a um computador com a potência necessária ao tratamento dos dados documentários.

11.1. Obviamente não é indispensável que o INEP tenha seu próprio computador, mas deve em compensação possuir uma ou várias terminais.

De que tipo? Dadas as instalações que tive ocasião de conhecer no Rio de Janeiro (sem mencionar as de Brasília: seria possível uma ligação com o PRODASEN, uma vez resolvidos pela Embratel os problemas de transmissão de dados a longa distância), parece-me que a escolha deve recair sobre um material IBM. De fato, a PUC e o Instituto Brasileiro de Informática, órgão ligado ao IBGE, dispõem ambos de computadores desse tipo.

Segundo minha opinião o INEP deveria dispôr de:

- ou de uma console IBM 3277 modelo 2, com tubo catódico e de uma console IBM 2741 (do tipo das que existem na PUC);
- ou então: de uma console IBM 3277 com tubo catódico e de uma pequena impressora a ela conectada;
- ou ainda (no mínimo) de uma console IBM 2741.

Qualquer que seja o tipo de console escolhida, a melhor fórmula seria a de aluguel. A título de indicação, o aluguel de uma console 2741 custa atualmente na França 527 francos por mês.

Caso não existam no mercado consoles IBM 3277 modelo 2, com tubo catódico, poderíamos optar pela console utilizada atualmente na Biblioteca do Senado Federal; trata-se, como já sabemos, de uma console IBM 2260 com tubo catódico. Ela presta os mesmos serviços que a IBM 3277 só que o seu tubo é menor.

11.2. Resta o problema da ligação a ser estabelecida com um computador existente no Rio. Esse problema deveria ser apreciado pela Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico criada pelo Decreto n. 70.370, de 5 de abril de 1972; cabe de fato à CAPRE resolvê-lo levando em conta o parque de material eletrônico existente no momento.

Pelo que tenho conhecimento, é a ligação com o Instituto Brasileiro de Informática que me parece a melhor já que se trata de um órgão governamental e que os custos de gestão seriam bem menores. O IBI dispõe de um computador IBM 370-155 dotado de grande capacidade de memória, com sete unidades de fita 2400, seis unidades de discos 2314, e seis unidades de discos 3330, três impressoras, etc. Seria mais do que suficiente para as necessidades do INEP.

11.3. Nada sei quanto ao "software" utilizado. É possível que não se preste ao tratamento documentário. O Senado Federal utiliza o Sistema STAIRS, criado pela IBM e que possibilita àquele órgão armazenar suas análises e recuperar as informações em linguagem coloquial. No caso de haver dificuldade para adoção dos programas de acordo com as necessidades do INEP, sugeriria a utilização do sistema

ISIS, desenvolvido há alguns anos no "Bureau International du Travail" em Genebra. Trata-se de um sistema integrado que já deu provas de sua eficiência e que acaba de ser adotado na Suécia e no Canadá. Corresponde inteiramente às necessidades do Sistema de informação educacional tal como foi aqui descrito e pretendo utilizá-lo na "Maison des Sciences de l'Homme" para operações similares. Caso tal sistema seja de interesse para o INEP, este órgão poderia entrar em contato com o Sr. George K. Thopson, Chefe da "Central Library and Documentation Branch", International Labour Office, CH 1211, Genebra 22, Suíça.

11.4. Ao terminar este relatório, permito-me insistir sobre a necessidade do INEP utilizar tão amplamente quanto possível as facilidades oferecidas hoje pela automação documentária. Acreditamos que só a plena mecanização do Serviço de informação educacional poderá capacitá-lo para assumir as tarefas que lhe foram atribuídas e para que possa cumprir a missão que o Governo Brasileiro espera desse Serviço na perspectiva dos planos a serem estabelecidos e das tomadas de decisão.

Para concluir, resta-me agradecer a todos aqueles que me receberam no Rio de Janeiro e em Brasília, e que colocaram a minha disposição as informações indispensáveis a meu trabalho. Meu reconhecimento se dirige em primeiro lugar ao Diretor-Geral do INEP, Sr. Ayrton de Carvalho Mattos que me proporcionou contatos de grande utilidade e teve a bondade de me acompanhar em minha visita à Brasília. Também agradeço à Sra. Diretora do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais que me deu oportunidade de conhecer os problemas da pesquisa. Finalmente, agradeço muito especialmente à Sra. Regina Helena Tavares que administra com a maior competência o GT encarregado de implantar o Sistema de informação educacional e peço-lhe que transmita a seus colaboradores toda a minha simpatia, assegurando-lhe que acompanharei o desenvolvimento de seu trabalho com todo o interesse que ele merece.

Paris, 18 de abril de 1973

Jean VIET

Diretor do "Service d'Echange d'Information
Scientifiques"

"Maison des Sciences de l'Homme"